

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL

DISCIPLINA: CONTROLE SOCIAL E PARTICIPAÇÃO – 1/2020

André Brandão / Salete Da Dalt

Ementa

Introdução aos conceitos básicos de cidadania e participação social. Perspectivas das políticas públicas em relação aos conselhos de políticas como elemento regulamentador. O ciclo dos conselhos no Brasil: Entrada na agenda e atores; formulação, implementação e avaliação. Questões envolvidas; participação social e importância nas esferas decisórias, burocracia e grupos de interesse.

Objetivo

- Discutir questões teóricas referentes à participação social;
- Compreender o conceito de controle social e políticas públicas como ações estatais, governamentais e não governamentais;
- Discutir o processo de participação na formulação nas esferas de controle social no Brasil, sobretudo, conselhos de Assistência Social (entrada na agenda governamental, implementação, execução e avaliação);
- Promover debate sobre as principais decisões acerca dos órgãos de controle social existente no Brasil.

Metodologia

Exposições dialogadas, debates, seminários e discussões em grupo.

Avaliação

Seminário – 5,0 pontos

Trabalho Final – 5,0 pontos

1ª sessão – Apresentação da disciplina, metodologia e formas de avaliação

2ª sessão e 3ª sessão – Aspectos teóricos gerais 1 – Capital Social

PUTNAN, Robert. **Comunidade e democracia**. Rio de Janeiro, FGV, 2007.

4ª e 5ª sessão – Aspectos teóricos gerais 2 – Reconhecimento e redistribuição como elementos para a luta política

- FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? In *Revista Lua Nova*, n. 70, 2007.

- FRASER, Nancy. Repensando o reconhecimento. In: *Revista Enfoques: revista semestral eletrônica dos alunos do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ*, Rio de Janeiro, v.9, n.1, p.114-128, agosto 2010. Em: <http://www.enfoques.ifcs.ufrj.br>.

- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento*. São Paulo, Editora 34, 2009. (capítulos 6, 8 e 9)

- HONNETH, Axel. *Reconhecimento ou redistribuição? A mudança da perspectiva na ordem moral da sociedade*. IN: SOUZA, J. e Mattos, P (orgs). *Teoria crítica no século XXI*. São Paulo, Ana Blume, 2007.

6ª e 7ª sessão – Aspectos teóricos gerais 3 – Dilemas da ação coletiva

- OLSON, Mancur. *A lógica da ação coletiva*. São Paulo, Edusp, 2015. (Capítulo 1 – exceto letra d; Capítulo 2; Capítulo 4; Capítulo 5 - somente letra A e Apêndice).

- BRANDÃO, André e SANTOS, Nilton. Capital Social e Dilemas da Ação Coletiva: Avaliando os Resultados de um Centro Comunitário de Produção voltado para Agricultores Familiares Assentados no Mato Grosso do Sul. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**. Volume 21, número 1, 2016.

8ª sessão – Controle social no Brasil

BRASIL. Constituição Federal, de 05 de out. de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acessado em 22/01/2019.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A Cidadania Ativa – Referendo, Plebiscito e Iniciativa Popular*. Editora Ática, São Paulo: 1998.

NOGUEIRA, M. A. Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática. SP: Cortez, 2004. OLIVEIRA, F.de e PAOLI, M. Célia. Os sentidos da democracia: políticas do dissenso

9ª sessão – Controle social e políticas públicas como ações estatais, governamentais e não governamentais;

HARBELE, Peter. Hermenêutica Constitucional: A sociedade aberta dos intérpretes da Constituição – Contribuição para a interpretação pluralista e ‘procedimental’ da Constituição. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 1997.

MARTORANO, Luciano C. Conselhos e Democracia: em busca da participação e da socialização. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SABATOVSKI, Emilio; FONTOURA, Iara P (orgs). Constituição Federal do Brasil. Curitiba: Jurúá, 12. Ed., 2013.

10ª sessão – Controle social e políticas públicas como ações estatais, governamentais e não governamentais;

FREY, Klaus. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil.** Planejamento e Políticas Públicas 2000, n.21, p. 211-259.

SISTEMA Único de Assistência Social. Orientação acerca dos conselhos e do controle social da política pública de Assistência Social. CNAS, MDSCF, 2006

TEIXEIRA, E.C. Conselhos de Políticas Públicas: efetivamente uma nova institucionalidade participativa? In: CARVALHO, M.C.A; TEIXEIRA, E.C. (Orgs.) Conselhos Gestores de Políticas Públicas. São Paulo: Pólis: 2000.

MPAS (Ministério da Previdência e Assistência Social). Norma Operacional Básica e Sistemática de Financiamento da Assistência Social. Brasília, 1997. Disponível em: < <http://www.mds.gov.br/cnas/politica-e-nobs>> Acessado em 21/01/2019.

11ª sessão - o processo de participação na formulação nas esferas de controle social no Brasil, sobretudo, conselhos de Assistência Social (entrada na agenda governamental, implementação, execução e avaliação);

ABU-EL-HAJ, Jawdat. O Debate em Tomo do Capital Social: Uma Revisão Crítica. BIB. Rio de Janeiro, 1999. No. 47, pgs 65-79.

CAMPOS, Edval Bernardino; MACIEL, Carlos Alberto Batista e PEREIRA, Fabiano da Silva. O controle social e a gestão de políticas públicas: a perspectiva dos usuários. In: 3º Encontro Internacional de Política Social, 10º Encontro Nacional de Política Social. Vitória, 2015.

SÁNCHEZ, Felix. Orçamento Participativo: Teoria e Prática. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, F.de Privatização do Público destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In PAOLI, M. Célia; OLIVEIRA, F. Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis, R.J: Vozes, 2000. PEREIRA, L. C. Bresser. Reforma do Estado e Administração pública.

12ª sessões – Apresentação de seminários - o processo de participação na formulação nas esferas de controle social no Brasil, sobretudo, conselhos de Assistência Social (entrada na agenda governamental, implementação, execução e avaliação);

CNAS - Manual de perguntas e respostas sobre a estrutura e funcionamento dos conselhos. Brasília, 2013

DALT, S. Brandão. André (org.) Avaliações de Programas Sociais no Brasil. Alemanha: INEA, 2015.

JANUZZI, Paulo Martino. **Avaliação de programas sociais no Brasil: repensando práticas e metodologias das pesquisas avaliativas. Planejamento e políticas públicas.** Brasília: 2011, v. 36, pp.251-275.

MOTA, Fábio Reis. Regimes de envolvimento e formas de reconhecimento no Brasil e na França. Revista Antro política, Niterói n. 32, p. 129-147, 1. sem. 2012

13ª sessão – Apresentação de seminários - Controle social e participação das populações tradicionais nos conselhos.

BRASIL. Constituição Federal, de 05 de out. de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acessado em [22/01/2019](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm).

CAVALCANTI, Ricardo Russell Brandão. ADCT: função e interpretações práticas. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIV, n. 88, maio 2011. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9457&revista_caderno=9>. Acesso em maio 2014.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Evolução e contexto atual das políticas públicas no Brasil: educação, desigualdade e reconhecimento. In: PAULA, M. e HERINGER, R. (orgs). Caminhos convergentes: Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll/Action AID, 2009, pp. 14-38.

14ª sessão – Apresentação de seminários - Apresentação de estudo sobre controle social – o que encontramos na prática.

DALT, S. Plano de Assistência Social do Estado de Alagoas. Maceió, 2019, SEADES – AL.

MARTORANO, Luciano C. Conselhos e Democracia: em busca da participação e da socialização. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PÓLIS Instituto de Formação, Estudos e Assessoria em políticas sociais. Negociação e conflitos nos espaços participativos. In: Repente – Participação popular na construção do poder local. N. 20. Fevereiro/2004. www.polis.org.br SALVADOR, Evilasio et.al. Financeirização,

SILVA, Marta Zorzal e, JUNIOR, Bajonas T. Participação Social na Gestão Pública: olhares sobre as experiências de Vitória-ES. São Paulo: Annablume, 2009.

SALVADOR, Evilasio et.al. Financeirização, fundo público e política social: São Paulo, Cortez, 2012.

15ª sessão – Avaliação final da disciplina.